

Considerações sobre a Força de Pacificação empregada no Rio de Janeiro

Carlos Alberto Klinguelfus Mendes¹

Quer queiram, quer não.

Quer atinja nosso orgulho profissional militar, ou não.

É inevitável. Mais dia, menos dia, as Forças Armadas vão ser empregadas de forma mais contundente; não digo

permanente, mas semipermanente, na garantia da lei e da ordem, particularmente, no que diz respeito à segurança pública.

Por isso, eu acho que temos de nos habituar com essa situação e, mais do que nos habituar, prepararmo-nos.

(GEN EX CARDOSO, 2003)²

Introdução

Os antecedentes

O emprego do Exército Brasileiro em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) se faz constante ao longo da história. Todas as constituições brasileiras legitimaram em seu bojo a atuação das Forças Armadas em situação de excepcionalidade e, por ordem direta do presidente da República, para o pronto restabelecimento da ordem pública.

Nas duas últimas décadas do século XX e no início do século XXI, o problema da violência urbana nas grandes cidades brasileiras tomou uma nova dimensão. Agentes

do crime, antes presentes, mas mantidos, até então, sob certo nível de controle, despertaram para uma exploração sistemática dos pontos de tensão. Verificou-se um aumento acentuado do índice de criminalidade, resultando em insatisfação da sociedade.

No Estado do Rio de Janeiro, especificamente na cidade do Rio de Janeiro, o agente indutor do aumento indiscriminado da violência foi o tráfico de drogas, que, até o início dos anos 1970, se restringia, em um esquema amador, à venda de maconha. Durante a década de 1970, houve a entrada da cocaína proveniente da Colômbia com preços baixos, possibilitando altos lucros.

A inserção da cocaína levou as quadrilhas, em particular o Comando Vermelho

¹ O autor é tenente-coronel de Cavalaria, instrutor-chefe da Seção de Operações de Garantia da Lei e da Ordem da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Nessa condição, participou da Op ARCANJO, no período de 10 de Fevereiro a 15 de novembro de 2011, exercendo as funções de subcomandante das Forças-Tarefa REI e AVAÍ e chefe da seção de Assuntos Cíveis da Força de Pacificação Arcanjo IV.

² Palestra proferida na ECEME por ocasião do Ciclo de Estudos de Política e Estratégia.

(CV), a se reorganizar com o objetivo de obter maiores lucros, ocasionando uma disputa por territórios entre facções criminosas. Como fator primordial dessa disputa, esses grupos, na tentativa de valorizar suas vendas, buscaram áreas mais próximas de bairros de classe média e alta, ou seja, do consumidor. A ilicitude desse comércio permitiu a adoção de métodos violentos por parte dos traficantes cariocas, tanto para cobrar devedores e intimidar moradores, quanto para proteger as “bocas” (pontos de vendas de drogas) concorrentes.

No início de 1986, atritos internos fragmentaram o Comando Vermelho, em Terceiro Comando (3C) e nos Amigos dos Amigos (ADA), ocasionando mais violência na disputa por novos pontos de venda. Nessa época, essas organizações criminosas passaram a adquirir armamento de grosso calibre a fim de “defender” seus territórios dos rivais e a aliciar “soldados” e “vapores” (vendedores de drogas) dentro das favelas.

Em face do recrudescimento das ações do crime organizado no Estado do Rio de Janeiro nos últimos dois anos, o Programa de Gestão para a área de segurança pública, aprovado pelo governo, começou um projeto de instalação de Unidades da Polícia Militar no interior das comunidades carentes. São as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). A implantação das primeiras UPP apresentou resultados imediatos na redução dos índices de criminalidade nos locais circunvizinhos às áreas dos complexos da Penha e do Alemão, motivando a ampliação do programa a outras regiões mais pobres do Município.

O modelo adotado se baseou no exemplo bem-sucedido do emprego do Exército

Brasileiro, a partir de 2004, na pacificação de territórios dominados por gangues criminosas nos bairros pobres do Haiti durante as operações de Paz das Organizações das Nações Unidas.

Como os complexos do Alemão e da Penha se tornaram um refúgio seguro para traficantes de outras comunidades, a forte ação repressora por parte dos Órgãos de Segurança Pública (OSP/RJ) resultou, no início do mês de novembro de 2010, no desencadeamento de uma série de retaliações por parte do crime organizado, sendo caracterizadas por ataques sistemáticos a veículos particulares, a transportes públicos, a postos policiais e a delegacias, criando um ambiente de terror para os habitantes da cidade do Rio de Janeiro.

Em razão da onda de violência desencadeada pelo crime organizado, o governador do Estado do Rio de Janeiro empregou, a partir de 21 de novembro de 2010, os meios julgados necessários em operações, que, inicialmente, consistiram na invasão da região da Vila Cruzeiro, na comunidade do Complexo da Penha, a fim de controlar esta região de vital importância para as forças de segurança pública. Esta ação contou com o apoio de meios logísticos do Ministério da Defesa (Marinha do Brasil) e resultou na conquista de objetivos limitados.

O Emprego das Forças Armadas

Tendo em vista a necessidade de um planejamento mais detalhado e uma organização de novos meios para uma efetiva pacificação daquelas comunidades, o governador solicitou o apoio do Governo Federal. Em decorrência, o presidente da República

determinou, em 25 de novembro de 2010, o emprego das Forças Armadas para a garantia da lei e da ordem na cidade do Rio de Janeiro. Ato contínuo, no dia 28 de novembro, as forças de segurança invadiram o Complexo do Alemão.

Em 1º de dezembro de 2010, o governador do Estado do Rio de Janeiro solicitou ao Ministério da Defesa que fosse dada continuidade ao processo integrado de pacificação do Estado do Rio de Janeiro com o emprego temporário das Forças Armadas para a preservação da ordem pública nas comunidades do Complexo da Penha e do Complexo do Alemão até, no máximo, 31 de outubro de 2011. Em consequência, o presidente da República autorizou o prosseguimento do emprego temporário de militares das Forças Armadas.

No dia 23 de dezembro de 2010, foi assinado o acordo para o emprego da Força de Pacificação na cidade, realizado entre a União Federal — por intermédio do Ministério da Defesa — e o Estado do Rio de Janeiro. O documento entrou em vigor na data de sua assinatura, ativando a F Pac, delimitando sua área de responsabilidade e autorizando o início de suas operações. Esse acordo para o Emprego da F Pac estabeleceu, ainda, as condições de implementação das ações no cumprimento da Diretriz Ministerial, os fundamentos do emprego, as competências da F Pac, as regras de engajamento e as atribuições específicas dos integrantes da F Pac.

Para dar prosseguimento ao contido na Diretriz Ministerial assinada, coube ao Comando do Exército organizar uma F Pac subordinada ao Comando Militar do Leste (CML),

dotada de recursos operacionais militares necessários (pessoal e material), com funções de patrulhamento, revista e prisão em flagrante, além de contar com meios de segurança pública do Estado, nos termos manifestados pelo governador do Estado do Rio de Janeiro, que estabeleceu os meios de segurança pública do Estado que integraram o comando militar responsável pelas operações. Coube também ao Comando do Exército a designação do comandante da Força de Pacificação (Cmt F Pac).

A F Pac ficou subordinada diretamente ao CML, cabendo a este coordenar as ações daquela, ligar-se com o Governo Estadual e, por intermédio do Comando do Exército, com o Ministério da Defesa. Para o cumprimento da missão de preservação da ordem pública, a Força de Pacificação acordada passou a ter a seguinte constituição:

- a. Comando: um oficial-general do Exército;
- b. Tropas do Exército: duas Forças-Tarefa, valor Batalhão de Infantaria;
- c. Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ): um Comando de Polícia Militar (PM) e dois Batalhões de Campanha de PM;
- d. Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro: uma Delegacia de Polícia Civil;
- e. também foram incorporadas equipes de Inteligência, Comunicação Social, Operações Psicológicas e, na Operação Arcanjo IV, uma Seção de Assuntos Cíveis. A logística inerente às operações ficou com o Destacamento Logístico criado para esse fim.

Em 22 de dezembro de 2010, a Brigada de Infantaria Paraquedista (Bda Inf Pqdt) deu início à operação ARCANJO I para:

- a. instalar e operar postos de bloqueio e controle de vias urbanas (PBCVU) nas principais vias;
- b. ocupar pontos fortes e realizar patrulhamento a pé e motorizado (Mtz);
- c. executar ações de controle de distúrbios, mediante ordem; e
- d. ocupar e garantir o funcionamento dos pontos e instalações sensíveis.

Tais ações se desencadearam em coordenação com os Batalhões de Polícia Militar (BPM) de Campanha, com a Polícia Civil/RJ e demais integrantes da F Pac. A atuação de policiais militares ou civis isoladamente se restringiu, bem como a atuação de não integrantes da F Pac, ao interior da área de pacificação (A Pac), tendo em vista a eventual falta de controle decorrente de atuação descentralizada.

INDICADOR ESTRATÉGICO	28 NOV 09 a 27 NOV 10	28 NOV 10 a 23 NOV 11	Diferença	
			Absoluto	
Homicídio doloso	121	110	-11	9,1
Latrocínio	10	6	-4	40,0
Resistência com morte do opositor	73	25	-48	65,8
Lesão corporal seguida de morte	4	0	-4	100,0
Letalidade violenta (homicídio + latrocínio + auto de resistência + lesão seguida de morte)	208	141	-67	32,2
Roubo de veículo	1.560	1.047	-513	32,9
Roubo de aparelho celular	571	367	-294	35,7
Roubo a transeunte	3.016	2.183	-833	27,6
Roubo em ônibus	411	286	-125	30,4
Roubo de rua (transeunte + celular + coletivo)	3.998	2.836	-1162	29,1

Quadro 1 – Resumo da queda dos índices de violência durante a Operação Arcanjo IV, de acordo com o Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro

A partir daí, a cada três meses, aproximadamente, passou a ocorrer o rodízio das tropas. Em setembro de 2011, os governos estadual e federal retificaram a data de retirada do Exército e assunção da área pelas forças de segurança do Estado do Rio de Janeiro para junho de 2012.

Amparo legal ao emprego

A atuação do Exército Brasileiro (EB) nos complexos da Penha e do Alemão teve início com o ofício do governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral. Por intermédio desse documento, ele solicitou à Presidência da República o emprego temporário de militares das Forças Armadas para a preservação da ordem pública nas comunidades acima citadas até 31 de outubro de 2011 (ou seja, por um período de onze meses), nos termos da Lei Complementar Nr 97/1999 e do Decreto 3897/2001³.

O ambiente operacional

Características da região

A Área de Pacificação (A Pac) ARCANJO compreende uma região de aglomerado urbano vertical, com uma população na média de 400.000 habitantes. Ela abrange os complexos da Penha e do Alemão, tendo em sua formação, aproximadamente, 22 comunidades.

Caracteriza-se por irregularidade no traçado das vias, construções populares disseminadas nas encostas das elevações e deficiente infraestrutura de serviços públicos.

O terreno proporciona uma grande quantidade de cobertas e abrigos, sendo mais favorável às forças adversas, que o conhecem melhor e o dominam. Cabe ressaltar que, antes da ocupação, as principais vias de acesso eram batidas por fogos através de seiteiras. As construções, em sua maioria, são precárias e não oferecem proteção à população, caso queira utilizar suas residências como abrigo em caso de tiroteio.

A ausência de cobertura vegetal torna o clima mais quente, com temperaturas que atingem 40°C nas regiões de areais. Na Serra da Misericórdia, no Morro da Fé, na Chatuba e no Caracol, há resquícios de Mata Atlântica que restringem o uso do terreno. Desta maneira, o calor intenso, aliado ao terreno acidentado e ao peso do equipamento/armamento individual, impõe um significativo desgaste à tropa.

As ruas existentes são estreitas e normalmente possuem cobertura irregular. No interior das comunidades, a presença de transporte alternativo, como motocicletas e vans (kombis), torna o fluxo de viaturas restrito a um único sentido. Nas áreas dos morros da Chatuba, do Caracol e da Caixa D'água, o terreno íngreme, aliado à pequena largura das vielas, requer um maior nível de adestramento dos condutores de veículos.

Aspectos sociais

A Área de Pacificação caracteriza-se por ter permanecido durante um longo período à margem da presença do Estado. No Complexo da Penha, particularmente, o distanciamento das ações estatais se tornou

³ §§ 2º, 3º e 4º do Art. 15 da Lei Complementar Nr 97/1999 e dos Art. 2º, 3º e 5º do Decreto 3897/2001.

ainda mais crítico, uma vez que, inicialmente, essa região não foi agraciada com obras de grande vulto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal. Isso refletiu diretamente no grau de receptividade da população às atividades da F Pac, que, nitidamente, foi menor do que no Complexo do Alemão. Em ambos os complexos, a carência de infraestrutura de serviços, de transportes públicos, de saneamento básico, de assistência médico-hospitalar, de escolas, de faculdades, de creches e de locais de lazer e cultura proporciona um ambiente receptivo a soluções paliativas de sobrevivência social baseadas na ilegalidade e na informalidade.

Ao longo dos últimos anos, o Complexo do Alemão tem sido contemplado por alguns projetos sociais e obras de infraestrutura financiadas pelas iniciativas pública e privada, como por exemplo, os teleféricos. Entretanto, apenas isso é insuficiente para compensar as grandes mazelas locais existentes, já que o antigo poder presente no cotidiano das comunidades e, até então, ostentado pelo tráfico de drogas, por muitos anos atraiu para o crime organizado uma parcela expressiva dos habitantes, particularmente entre os jovens.

Forças adversas

A capacidade da força adversa (F Adv) de executar ações é limitada. A grande maioria de suas ações encontra-se diretamente relacionada com a prática de tráfico de drogas e de assaltos, sendo a motivação para a realização desses crimes baseada no ganho pecuniário, não havendo indícios de envolvimento ideológicos, políticos ou religiosos.

Ela se constitui por integrantes da facção criminosa Comando Vermelho. A maior parte é de homens jovens, na faixa etária de 15 a 35 anos. Entretanto, há crianças mais novas, pessoas mais velhas e mulheres como olheiros (vigias), mensageiros, fogueteiros (responsáveis pelo alerta) e condutores de droga.

O deslocamento motorizado das F Adv, no interior das comunidades, era feito basicamente por motocicletas, devido à mobilidade. Quando realizavam deslocamentos entre áreas mais distantes da cidade, costumavam fazê-lo à noite, em comboios de veículos roubados, chamados de “bondes”. No interior das comunidades, costumavam utilizar as casas de melhor localização para monitorar e bater com fogos de armas leves as principais vias de acesso. Quando estas casas não eram construídas pelas F Adv, eram tomadas dos moradores coagidos a abandoná-las ou a conviver com criminosos armados dentro delas.

O armamento utilizado se constituía, principalmente, por pistolas semi-automáticas (calibres 9mm, 380, .40, .45 etc.), revólveres (calibres .38, 357 etc.), metralhadoras leves (MP5, Beretta, Uzi, INA etc.), fuzis de assalto (FAL, PARA-FAL, M16, M4, AK 47, Ruger, Beretta etc.), granadas de mão, bombas caseiras e, raramente, armas portáteis anticarro.

O que podemos aprender com as Operações Arcanjo

O emprego do Exército ainda suscita controvérsia em vários segmentos da sociedade. A missão de pacificar uma área im-

plica não somente aplicar o poder militar necessário, mas principalmente, motivar os poderes públicos a participar do processo de pacificação. A aplicação do poder militar não pode ser um fim, mas sim o meio de favorecer a reestruturação da ordem pública, agindo principalmente nas necessidades da população.

A seguir, apresentam-se algumas observações do período em que servi nas Forças de Pacificação Arcaño II e IV, exercendo as funções de subcomandante das Forças-Tarefa REI e AVAÏ (nível batalhão de infantaria), respectivamente; e chefe da Seção de Assuntos Cívicos do Comando da Força de Pacificação.

A área pacificada pertence aos moradores

É de vital importância para a missão que o conteúdo do título acima seja compreendido e trabalhado junto aos moradores. Assim, a população dos complexos do Alemão e da Penha, outrora subjugada por criminosos e descrente no poder do estado, passará a confiar nas instituições estatais e principalmente se sentir como parte do processo de pacificação. Por isso, a valorização da população se faz essencial!

Esta valorização ocorre quando a população vê suas denúncias serem atendidas e esclarecidas com presteza, quer seja nos casos voltados à busca de criminosos e/ou aos locais de residência, quer seja nos momentos de questionamento em relação à atuação da tropa ou mesmo ao incentivo para o aprimoramento das comunidades. Como consequência, comprometem-se com o processo de pacificação.

Sabe-se que, durante anos, estas pessoas viveram onde o poder das armas era soberano e sobre o qual não cabiam questionamentos. Essa força criminosa também se fez presente, em muitas ocasiões, executando um papel de agente social, adquirindo remédios, comida e realizando eventos para os moradores, ante a incapacidade do Estado. Assim, é impensável agir junto à população local com a expectativa de contar com sua boa vontade em curto prazo, apenas porque se tem o poder legal nas mãos. Durante o tempo em que lá permaneci, a pergunta que mais ouvi foi: “e quando o Exército for embora?”. Esta indagação demonstra qual é o pensamento da população sobre o futuro, e é aí que se deve atuar, pois se constata que a maioria da população vê, com esperança, a pacificação, e há um aumento desta visão à medida que se valorizam suas atitudes. Portanto, faz-se fundamental ouvi-la e entendê-la e não tentar doutriná-la.

A formação militar incentiva a iniciativa, mas se deve concitar a população a participar do processo, permitindo a eles: “tomar a frente”. Isso os fará entender que a mudança é lenta, porém permanente e lhes pertence, quer nos aspectos de segurança, quer naqueles que se referem à infraestrutura e condições de vida. Afinal, é a comunidade daquelas pessoas, e elas, melhor do que qualquer outro grupo, a conhecem.

Em um artigo da *Military Review* sobre contrainsurgência, o Gen Petraeus do Exército dos EUA, cita um artigo publicado em agosto de 1917, no *The Arab Bulletin*, de T.E. Lawrence, onde este ofereceu o seguinte conselho:

É melhor que os árabes façam algo tolerável do que você o faça perfeitamente. É a comunidade deles; você deve ajudá-los e não vencê-la para eles. Na verdade, também, sob as condições estranhas na Arábia, seu trabalho prático não será tão bom como talvez você considere. Talvez eles levem mais tempo e não seja tão bom como você pense, mas é melhor que eles o façam.

Em Operações de Garantia da Lei e da Ordem, em que se busca a pacificação, isso também é aplicável.

A aceitação da tropa na área de pacificação

A legislação que regula a atuação em Operações de Garantia da Lei e da Ordem prevê uma ação episódica, ou seja, que a força armada permaneça por um curto período de tempo em emprego. Esse curto período tem por objetivo evitar que ela seja vista como tropa de ocupação e está diretamente ligado às percepções populares do impacto das atividades militares da força de pacificação sobre a vida deles. Desde o momento em que a força entra em uma área a ser pacificada, tem-se que pensar nisso, buscando alcançar as expectativas da população, o que é, sem dúvida, uma corrida contra o tempo.

Após um ano de pacificação dos complexos do Alemão e da Penha, muitas das expectativas dos moradores não se concretizaram, como o alargamento de ruas e saneamento básico, como na comunidade de Matinha. Desde o início das operações, se fez todo o possível para, em conjunto com o Poder Público, responder às necessidades dos moradores. Assim, repararam os prejuízos causados pelas operações militares, acompanharam as obras de infraestrutura e restauração dos ser-

viços básicos, mediado pela Seção de Assuntos Cíveis — tudo com o propósito de estender a visão positiva da força de pacificação. Mesmo com tais ações, mais cedo ou mais tarde, a população tende a ver o Exército como um intruso; afinal, foram-lhes impostas regras às quais muitos são contrários.

Em determinadas ocasiões, os infortúnios, como danos em veículos, telhados e materiais particulares, ação sobre civis sem antecedentes criminais e as ações dos pontos de bloqueio e controle em vias urbanas e outras atividades durante as operações, tornaram-se incômodos de tal monta que, somados às deficiências nas soluções de infraestrutura e necessidades sociais, fizeram com que o Exército fosse considerado menos pacificador, menos mão amiga, e mais como ocupante.

A conclusão é única: é impositivo que o braço forte da força de pacificação e as ações de melhora das condições de vida atuem com brevidade. A aceitação junto às comunidades somente é mantida com o respaldo da parceria Poder Público-Comunidade em toda a área de pacificação e não apenas em um dos complexos.

Recurso financeiro é fundamental

Em uma missão de pacificação, o recurso financeiro afasta mais criminosos do que a munição letal. No Rio de Janeiro, desde o início da operação em novembro de 2010, quando a ação do crime organizado desmoronou, e o enfoque mudou para a reconstrução social, ter recursos para mostrar à população a retomada da área pelo Poder Público se tornou de extrema importância. O desafio é obter recursos e transformá-los em resultados tangíveis.

O governo do Rio de Janeiro planejou obras para os complexos da Penha e do Alemão em um montante a ser desembolsado até 2016, atingindo a cifra de R\$1,3 bilhão, segundo a Secretaria Estadual de Obras. São obras que vão desde o revestimento de vias, empregando concreto projetado; passando por revitalização de escadarias, reflorestamento, construção de passarelas, demolição de casas, retirada de entulhos, contenção/cercado de encostas até o apoio em projetos de moradia. Algumas de pequeno porte, como pintura de escolas, reparos de pequena monta em edificações e cercado de áreas públicas (como parques), são executadas pela tropa de engenharia à disposição das Forças-Tarefa. É importante frisar que esta mudança na estrutura física da área aumentou a credibilidade da força de pacificação.

A atividade de Assuntos Cíveis

Em uma operação de pacificação, isto é um fator ímpar a ser considerado. A ação de pacificar implica, após se ter a atuação do Poder Militar e o restabelecimento da sensação de segurança, que o Poder Público se organize e faça convergir os serviços essenciais e as ações da iniciativa privada, para que, a partir daí, os dois poderes prossigam com a população, buscando o bem-estar da área pacificada. Portanto, é vital que as lideranças, nos níveis político municipal, estadual e federal, se engajem decisivamente, bem como os líderes das comunidades locais.

Este fato se observou algum tempo depois do início da Operação Arcanjo II, quando se começou a notar que se deveriam priorizar os esforços para assegurar que um maior número possível de instituições e de

pessoas tivessem interesses no sucesso dos complexos da Penha e do Alemão. O emprego das operações psicológicas permitiu e permite angariar simpatizantes à causa da pacificação, mostrando aos moradores e à sociedade externa os efeitos benéficos da atuação da F Pac. No entanto, o mais importante foi despertar nos moradores das comunidades o desejo de querer que a pacificação desse certo.

Com isso, percebeu-se que houve um aumento na vontade de “pacificar” da população, acompanhando as novas iniciativas, os novos projetos ou os programas inseridos na área de pacificação e lhes dando retorno. Neste contexto, se incluiu o acompanhamento e apoio às atividades do Programa de Justiça Itinerante, desenvolvido pelo Departamento de Avaliação e Acompanhamento de Projetos Especiais-DEAPE, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, com objetivo de dar amplo acesso à Justiça e fomentar a cidadania, por meio de ações regulares que visam a: levar o Poder Judiciário até o cidadão; contribuir para a universalização e democratização do direito de acesso à Justiça, priorizando o atendimento às comunidades mais carentes; buscar soluções conciliadas como fórmula de pacificação social eficiente; promover a regulamentação documental dos cidadãos e principalmente integrar os juízes às comunidades, promovendo uma mudança de relacionamento entre a sociedade civil e o Poder Judiciário.

Para acompanhar estas ações se criou, em caráter de experimentação doutrinária, uma Seção de Assuntos Cíveis no Estado-Maior da F Pac, a fim de apoiar as duas Forças-Tarefa e a Força de Pacificação como um todo, mantendo a ligação entre os executo-

res desses projetos e programas e as comunidades. É necessário ressaltar que, durante a operação, constatou-se que esta seção não deve ficar sob a chefia do responsável pela Comunicação Social, pois existe uma diversidade de missões que cabe a cada área envolvida. Sem sombra de dúvida, o emprego da Seção de Assuntos Cíveis em parceria com a Seção de Comunicação Social possibilitou melhor levantamento das necessidades da população, redirecionamento dos esforços interagências e, principalmente, difusão das ações da Força de Pacificação à sociedade e ao público-alvo da área de pacificação. O emprego da Seção de Assuntos Cíveis em Operações de GLO se configurou como multiplicador da ação de Pacificar.

Análise dos riscos e Lei do Efeito Reverso

É o que ocorre quando, ao se dedicar intensamente a um objetivo, se obtém o resultado contrário. Isso é passível de ocorrência nas operações da Força de Pacificação. Nas operações desenvolvidas no bojo da missão de pacificar, a análise detalhada sobre os efeitos das atividades desenvolvidas é muito importante. É fundamental ensinar aos comandados que todas as ações realizadas trarão uma consequência, a favor ou contra a missão. E que ações desastradas não recairão somente sobre o executor, mas sobre toda a Força de Pacificação.

A questão não é coibir o arrojo e a iniciativa, tão necessários em operações deste porte, mas fazer com que os militares envolvidos percebam o quanto a avaliação de resultados é inerente à equipe, aos militares envolvidos com planejamento e, óbvio, aos

militares executantes. A ocorrência de um disparo de 7,62mm em um beco, sem um alvo bem definido, tem grande probabilidade de vir a acertar um morador e levar todo o trabalho da Força de Pacificação para ser questionado pela mídia imediatista de forma negativa.

Ao planejador cabe questionar se a realização de determinada operação fará com que se obtenha um maior apoio da população ou se haverá um afastamento ainda maior. É certo que existem ocasiões nas quais se deve estar preparado para assumir os riscos inerentes à operação, mesmo que com uma avaliação adversa. Um exemplo foi quando, após disparos de fuzil contra uma patrulha, ainda na Operação Arcanjo II, o Comando da Força-Tarefa decidiu iniciar uma operação de vasculhamento e controle da área considerada. A necessidade de mostrar à Força Adversa a pronta-resposta da Força-Tarefa sem sombra de dúvida afetou o “ir e vir” da população, como na ação de traficantes que dispararam contra uma patrulha na Vila Cruzeiro e deixaram uma criança ferida pelo disparo criminoso, ou quando não se autorizou a realização de determinados eventos públicos locais.

Outro exemplo seria o das operações de busca e apreensão, que somente ocorriam após uma criteriosa análise da veracidade dos dados, visando, ao máximo, à redução de possíveis ações contra domicílios de inocentes. Sabe-se que as operações sem uma análise criteriosa geram efeitos negativos e enorme desgaste para a Instituição militar. Por isso, as ações da Força de Pacificação buscavam proporcionar segurança à população civil, ao mesmo tempo em que cerceavam a liberdade

de deslocamento e de atuação da força adversa.

Após a conclusão de operações na Vila Cruzeiro/Complexo da Penha, difundia-se às comunidades o que havíamos feito e o porquê, empregando, entre outros meios, os integrantes da Seção de Assuntos Cíveis (pela proximidade que possuíam com os moradores), inserindo-se os agradecimentos pela colaboração.

O trabalho de inteligência

O sucesso das operações se condicionou aos dados fornecidos pelo serviço de inteligência do escalão superior, neste caso, o da Força de Pacificação. As Forças-Tarefa possuíam Seções de Inteligência mobiliadas para difundir conhecimentos e produzi-los, porém não possuíam meios para analisá-los. As companhias de fuzileiros das Forças-Tarefa possuíam células de inteligência, empregando militares dos próprios pelotões de fuzileiros. O fato de estes militares comporem as diferentes frações das companhias e participarem de missões de patrulhamento, diariamente, era limitador do acompanhamento da situação.

O desenvolvimento destas células de inteligência empregando pessoal voltado somente para esta atividade é de vital importância. Desta forma, as companhias têm condições de operar com maior eficiência e eficácia no esforço de busca, não se atendo apenas a manter uma carta de situação onde os eventos fiquem registrados. Elas coletam dados, como fotografias de locais de denúncia, descrevem alvos, direções para a localização dos mesmos, assim como outras informações sobre as comunidades.

A Força de Pacificação possuía, em sua Seção de Inteligência, elementos para análise de dados das fontes humanas, de imagem e de sinais. Essa possibilidade permitia operações

em áreas com maior definição da mancha criminal, evitando os grandes vasculhamentos, que não surtem efeito em áreas densamente povoadas, de construções aglomeradas e com área topográfica verticalizada; como as favelas.

A velocidade de processamento de dados da F Pac foi fator primordial para as ações das Forças-Tarefa, uma vez que a força adversa possuía grande mobilidade e capacidade de se homizar. Esta forma de atuação da Inteligência é fundamental para impedir que as forças adversas — e, em consequência, a mancha criminal — enraizem-se em uma área e comecem o processo de intimidação e reorganização, danoso à Pacificação.

O terreno humano nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem

Estudar e refletir sobre a cultura e o modo de viver da população e depois interagir com ela em uma área de pacificação é fundamental para o sucesso de uma operação de Garantia da Lei e da Ordem. Às vezes, o chamado “terreno humano” possui valor muito maior do que a fisiografia da área de operações. Assim, esta ação de pacificar implica atuar junto à população para que se atinjam os objetivos. E como agir sobre algo que se desconhece — ou se conhece? Afinal, não temos todos a mesma nacionalidade?

Em uma primeira reflexão, parece que o fato de atuar em território nacional não apresenta diferenças; porém, em uma reflexão mais acurada, percebe-se que tais diferenças existem e são inúmeras. Um país de dimensões continentais abriga em sua população grupos humanos com hábitos culturais distintos, desde variações alimentares a comportamentos distintos, que necessitam ser compreendidos pelos mili-

tares que compõem uma força de pacificação.

Estas diferenças culturais tornam a missão de pacificação mais complexa porque inserem a ação do militar em um contexto socioeducacional às vezes divergente daquele de foro íntimo. Durante o período em que se operou, se adotou em todos os níveis de comando o questionamento sobre quais eram os hábitos culturais das comunidades e o uso do bom senso. A ação dos comandantes de fração junto a seus homens para o entendimento do direito ao modo de vida dos moradores reduziu em muito os desgastes envolvendo incidentes entre moradores e tropa.

É fundamental que, no preparo da tropa, se apresente quem compõe a população da área de pacificação e seus valores socioeducacionais. A convivência cultural entre *tropa x moradores* se torna difícil quando não se compreendem os hábitos, o dia a dia, as lideranças comunitárias e a história remota e recente da comunidade. A partir do momento em que a tropa aprendeu a conviver com os hábitos da população, respeitar suas necessidades, sem deixar de cumprir sua missão, a tarefa da Força de Pacificação se tornou mais simples, com a contrapartida de o respeito ao soldado pela comunidade ter crescido. A interação *tropa-moradores* favoreceu a confiança, pois os mesmos não viam o Exército Brasileiro como Força, mas como Protetores.

Após seis meses de operação, é possível afirmar que o conhecimento cultural é tanto uma questão de bom senso, quanto uma necessidade para o sucesso da Força de Pacificação. Admite-se que se aprende por meio de erros e acertos, na fase inicial, sobre estas características culturais; mas, passado o aprendizado inicial, o domínio da cultura local se mos-

trou como um dos mais eficientes meios para a conquista dos objetivos da missão de pacificar.

A liderança nas pequenas frações

Muitos dos nossos comandantes de pelotão e grupos de combate eram militares recém-saídos das escolas de formação e a liderança que lhes foi ensinada foi colocada à prova em situações que não se costumam transmitir em bancos escolares: em vez de lidarem com turbas compostas de indivíduos com mais de 20 anos de idade, na Operação, defrontaram-se com grupos formados também por mulheres e crianças. Ainda assim, agiram com iniciativa, inovação, determinação e coragem; o ingrediente essencial em muitas das situações adversas.

O êxito desses jovens comandantes deveu-se à preocupação em todos os níveis (do comandante da Força-Tarefa aos comandantes de grupo de combate) em se fazer presentes junto à tropa, isto é, participar de patrulhas em becos e ruas, servindo de exemplo; estar com a tropa durante o dia, à noite e de madrugada. Em missões dessa natureza, o comprometimento de todos, o pensamento de que "*a equipe não racha*" deve ficar nítido; postura contrária pode conduzir a missão ao fracasso e a problemas no trato com a população.

Durante a fase da preparação, ministraram-se instruções abordando as situações possíveis e a postura a ser adotada. Essa antevisão das situações permitiu o enfrentamento real das crises com serenidade, minimizando os casos em que esses comandantes de pequenas frações foram surpreendidos ao terem de tomar decisões importantes em curtíssimo tempo.

O entendimento da missão

Nas operações de pacificação, o repasse à tropa do entendimento do que se quer dela é o mais importante. É fundamental que a tropa compreenda qual é sua missão e qual é o entendimento no nível político da situação em que aquela se encontra. Se isso não for feito, surge um descompasso entre as ações da tropa e o que se planejou no mais alto nível decisório, com consequências desastrosas. Para muitos, isso pode parecer óbvio, no entanto, pela sua importância, vale a pena salientar.

Todos devem ter conhecimento e compreensão da missão a ser executada, porque os objetivos do nível tático podem não ser os mesmos do nível político. E, se um comandante entende que deve realizar patrulhas de combate com a agressividade comum às operações convencionais, em vez da energia exigida nas Operações de Manutenção da Lei e da Ordem, seus subordinados poderão fazer o mesmo e incorrer em maus tratos a suspeitos e moradores, resultando em uma indesejável ultrapassagem dos limites de atuação. E nada é mais destrutivo para o trabalho de pacificação do que isso. Portanto, faz-se imprescindível que, desde o início da missão, todos os integrantes da força de pacificação saibam onde devem chegar e qual o caminho a seguir.

Conclusão

A preparação para confrontar o inimigo pressupõe um nível de agressividade; confrontar uma força adversa, outro nível. Essa é a chave para preparo e o cumprimento da missão. Mas, em ambas as situações, quando se

permeiam as operações, tem-se o componente civil (representado por homens, mulheres, crianças e idosos), quer seja na defesa externa ou na situação de não guerra, que deve ser respeitado em seus valores, cultura, cidadania e assistido em suas necessidades, para que se possibilite a consecução última de toda ação militar: a obtenção e a manutenção da paz.

Após um ano de ocupação dos complexos do Alemão e da Penha pelas Forças de Pacificação, os índices de criminalidade apresentaram queda. Segundo os índices fornecidos pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), a partir de uma coleta de dados de delegacias policiais da região (22^a, 38^a e 44^a Delegacias), houve diminuição de 9,1% nos casos de homicídios dolosos (com intenção de matar), os roubos a coletivos decresceram 19,9% e a veículos 44,3%. No entanto, a estatística mais significativa, uma vez que reflete diretamente na sensação de segurança da população, é a de redução de roubo a transeunte. Este número caiu, praticamente, à metade, de 1.380 para 768.⁴

Portanto, a partir dessas estatísticas, comprova-se que a manutenção e a melhoria de tais índices se relacionam com a eficácia das operações atuais e futuras, dependendo não apenas do conhecimento teórico dos integrantes do Exército Brasileiro, mas também do esforço destes em compreender a complexidade do verbo Pacificar em todas as suas vertentes — cultural, política, econômica, forças adversas e população —, bem como, da capacidade de antever e contornar óbices e de sobrepujar possíveis reveses.

4 A análise do Instituto de Segurança Pública (ISP) enfocou dados de três delegacias policiais (22^a, 38^a e 44^a DP) que atendem às comunidades do Alemão e da Vila Cruzeiro e também aos bairros do entorno (Engenho da Rainha, Tomás Coelho, Inhaúma, Del Castilho, Maria da Graça, Olaria, Penha, Penha Circular, Brás de Pina, Cordovil, Parada de Lucas, Vigário Geral e Jardim América). Dados referentes somente à área de Pacificação.